



Editais nº 1017329
Disponibilização: 31/07/2024
Publicação: 31/07/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Gabinete do Subprefeito

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 2314, - Bairro Jabaquara - São Paulo/SP - CEP 04308-001

Telefone:

PROCESSO 6042.2022/0003572-4

Ata SUB-JA/G Nº 107732345

CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ - JABAQUARA Biênio 2022/2024

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA - JUNHO/2024

Local: Auditório do Descomplica - Sede da Subprefeitura do Jabaquara - Av. Armando Arruda Pereira, nº 2314

Data: 18/06/2024

Horário: 19h30

Participantes:

Roberto Bonilha - Subprefeito e Presidente do CADES-JA

Ricardo Romero Prieto – Coordenador de Governo Local

Marlene Bicalho Reis – Conselheira da Sociedade Civil

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira da Sociedade Civil

Luciano Matias – Conselheiro da Sociedade Civil

Marcos Manuel - Conselheiro da Sociedade Civil

Warlen Silva - Conselheiro da Sociedade Civil

Mauro Alves - Conselheiro da Sociedade Civil

André Bernardino - Conselheiro da Sociedade Civil

Maria Lúcia Silva - Conselheira da Sociedade Civil

Chaene Santos Pereira Eufrazio - Conselheira da Sociedade Civil

Luiz dos Santos Pereira Eufrazio - Conselheiro da Sociedade Civil

Carlos Alberto da Silva Filho – SVMA

Andréa Calipal - Muncípe

Astrocélio Gonçalves de Queiroz Júnior – Muncípe

Jô Miyagui – Muncípe

Rosimeire de Mello Gonçalves de Queiroz - Muncípe

PAUTA

Proposta de alteração de dia da semana das reuniões ordinárias do CADES-JA (demanda da subprefeitura);

Eleição da secretaria executiva;

Horta UBS Geraldo – Atualizações Mara (confirmar presença);

Praça dos Laguinhos - Solicitação de esclarecimentos para moradores do entorno (confirmar presença);

Projeto de plantio na área de lazer da Genaro de Carvalho;

Informes/outros:

Virada ODS 2024

Revisão do regimento Interno - Todos devem ler e fazer suas contribuições para aprovação do regimento em julho.

Expediente:

Roberto Bonilha - Agradeceu a presença de todos. Narrou a pauta publicada no Diário Oficial e tópicos apontados pela Executiva do CADES, descrita acima. Iniciou pelo ponto de pauta “Eleição da Secretaria Executiva”, obtendo a concordância de todos. Conferiu o quórum obrigatório para deliberações, em seguida perguntou a todos quem se candidataria.

Mauro Alves – Lembrou da questão da presença dos titulares e eventual substituição por suplentes.

Roberto – Conferiu um a um os presentes e concluiu estarem presentes 7 titulares. Promoveu a substituição do conselheiro Alexandre, ausente, pelo suplente Marcos Manuel, que passa a ter direito a voto. Perguntou aos conselheiros presentes quem se candidata a Secretário e Coordenador.

Marianne – Pontuou que, por continuidade até aceitaria, mas não no cargo de Secretária no momento, pois gostaria de um tempo, por ser bastante trabalhoso. Precisaria ver o que vai se formar.

Maria Lúcia – Você ficaria como Coordenadora?

Marianne – Lembrou que pelo Regimento Interno em 6 meses pode haver nova eleição, não é fixo isso, importante destacar.

Maria Lúcia – “Coordenadora já tem, e como Secretário?”

André – Sugeriu escolher um primeiro em um cargo, elegê-lo e depois escolher o outro.

Roberto – “Vocês é que mandam. O Governo não é absoluto”.

Roberto – Conduz ao primeiro cargo, de Secretário ou Secretária. Comenta perguntando se o Presidente tem como ordenar. Vários comentários e brincadeiras foram feitos, por fim pergunta ao conselheiro Mauro, que conhece bem o Regimento Interno, como faz quando ninguém se candidata.

Mauro Alves – Opinou que a responsabilidade passa a ser “do seu funcionário” (refere-se ao representante do governo local, Ricardo Prieto), pois ninguém quer se candidatar.

Marianne – “Por prática, tem uma pessoa que praticamente já faz esse papel. Existem questões que podem tornar isso problema ou não”. Comentou existirem pessoas que indicaria como primeiro e como segundo secretário, entendendo ser “um time que funciona” para trabalhar junto, neste momento, para dar continuidade aos trabalhos que já existiam.

Maria Lúcia – Apoiou a ideia, haja vista ninguém ter se voluntariado.

Marianne – Destacou ser de conhecimento de todos a parceria forte para a execução de coisas, com a conselheira Marlene e o conselheiro Luciano, indicando-os em seguida.

Roberto – “A Marlene você indicaria ao cargo de Secretária ou de Coordenadora? Você aceita, Marlene?”

Marlene – “Depende...”

Roberto – Destacou ser interessante na reunião, decidindo-se entre os conselheiros, resolvendo-se este problema.

Mauro Alves – Opinou que geralmente para não ter esse problema coloca-se um secretário ad hoc, (para esta finalidade), até a próxima reunião, para que se houver outra pessoa, “passa-se a bola”.

Maria Lúcia – “Mas já tem gente aqui que quer participar”.

Roberto – “Secretário ad hoc agora seria pra outro cargo, tem a Secretaria do Verde, o Carlos, ele estaria fazendo aqui a função de Secretário” Sugeriu a Marianne e o Luciano.

Maria Lúcia – Após comentários alegou não poder participar devido a compromissos assumidos, mesmo já tendo feito essas funções. Afirmou poder ajudar, e se entrasse haveria compromissos que a afastariam, “bagunçando” mais ainda a situação. Cogitou poder se candidatar dali a 6 meses.

Marlene – Afirmou poder haver mais de um Secretário.

Luciano – Propôs a Marianne como Coordenadora e ele próprio dividindo o papel de Secretário com a Marlene, embora tenha admitido que “tem muita coisa pra fazer e não quer pegar o cargo de forma leviana”, daí a ideia da divisão do papel, ambos como “secretários”. Nesse meio tempo, haveria interação com os novos membros, que seriam trazidos para as ações em andamento.

Roberto – Perguntou à Marianne e Marlene se aceitariam esse modelo.

Marianne – Aceitou.

Roberto – Atestou a divisão da Secretaria entre Marlene e Luciano e coordenação com a Marianne. Passou à votação.

Luciano – “Eu voto nessa chapa”, nessa composição.

Marianne – Perguntou se ninguém mais iria se manifestar.

Roberto – registrou o voto do Luciano.

Marianne – OK

Marlene – “Levando em conta que pode haver uma mudança e se o Ricardo estiver ok, tudo bem. Para mim é muito importante que o Ricardo esteja em consonância para que a gente consiga conversar, porque senão não rola”.

Carlos – OK

Maria Lúcia – OK

André – Disse ter aguardado as manifestações de cada um, porque se houvesse mais candidatos teria opções de escolha. Aprovou os candidatos.

Luiz - OK

Chaene – OK

Marcos – OK

Roberto – registrou a eleição de Marianne como Coordenadora, Marlene como Secretária e Luciano como Secretário, por unanimidade, em seguida passou para o próximo tema de pauta, proposta de alteração do dia das reuniões ordinárias do CADES, devido ao uso do espaço de utilização do auditório para os cursos noturnos de segunda e terça; já existia a necessidade de alteração do dia por conta disso, desta forma sugeriu alteração para quinta-feira e propôs a votação, deixando claro que poderia ser a primeira, segunda ou terceira quinta-feira, só alteraria o dia da semana.

André – levantou impedimento sobre a segunda terça, devido ao fato de ser reunião do COM, sendo seguido pelo Roberto, que neste caso, disse poder excluir a segunda quinta-feira.

Marianne – esclareceu que a proposta do Roberto era que fosse alterado para dia de quinta-feira; se fosse para manter o calendário, seriam as terceiras quintas-feiras do mês. Perguntou se todos tinham disponibilidade de alteração, em especial a Walquiria, que respondeu que poderia estar presente na quinta, neste horário proposto.

Roberto – Aproveitou para pedir ainda a alteração do horário, iniciando pela votação de alteração de dia (de terça para quinta) e depois de horário, início 18:30h e término às 20:00h. Colocou em votação.

Mauro – Sugeriu deliberações só a partir das 19:00h. Marianne não concordou.

André – Opinou pela dificuldade de as pessoas chegarem 18:30h, adicionando que a lei manda que sejam pelo menos 2h de reunião, ao contrário do proposto pelo Roberto (início 18:30h e término às 20:00h.,

que não dá nem 2h).

Roberto – Mas mantém às 18:30h?

Marianne – “Eu discordo, não aceito, impossível”.

André – Pediu que prevalecesse às terças, sem troca, pelo costume. Mas apoiaria a opinião da maioria, pela definição em outro dia.

Marianne – Das 19:00h às 21:00h achou mais tolerável.

Maria Lúcia – Começa às 19:00h e colocou o horário que geralmente as reuniões acabam, 22:00h, em horário que não é legal. Marianne fez um complemento sobre os 15 minutos de tolerância, seguida de Maria Lúcia, que pontuou ser interessante 19:00h às 21:00h.

Ricardo – Explicou que o novo causa reações, que antes não havia o espaço, para entendimento, após reivindicação do CADES por uma sala decente para reunião, que antes era feito no saguão, onde fica o Descomplica, tinha goteira e todos os defeitos. Salientou que foram formadas 49 turmas do “Meu Trampo”. Para o governo é importante manter os cursos, não que o CADES fosse menos importante, “não é isso”. Houve uma adaptação para um novo espaço, tiveram problemas no CONSEG na quarta, que não dava pra conciliar e na sexta seria ruim. Sobrou a quinta. Sustentou a dificuldade de as pessoas chegarem via transporte até o local 18h.

Marianne – Afirmou que as pessoas têm que sair mais cedo do trabalho, ao longo do tempo isso se tornaria inviável.

Ricardo – Sustentou a ideia do Mauro de as deliberações começarem 19:00h

Mauro – Disse que todos queriam comunidade local ou autoridades ou conselheiros. Disse estar faltando nas reuniões a presença de autoridades, por isso as deliberações começariam 19:30h. A Prefeitura, por fechar cedo, às 17h, ficando difícil trazer autoridades, a exemplo do CONSEG, que é local, por isso sugestão começo 18:30h e deliberações após 19:00h, terminando 20:30h para atender as 2 horas de reunião.

Marianne – Afirmou não concordar, seguida da Walquiria, que afirmou que chegaria na metade da reunião, que geraria perda e impossibilidade de chegar.

Maria Lúcia - a própria coordenadora (Marianne) não chegaria, afirmação corroborada pela Marianne, que adicionou haver muita perda com aceitação da sugestão de horário feita, que seria melhor das 19:00h às 21:00h.

Marianne – A questão da participação do governo, se de fato se reivindica que as pessoas saiam de casa e participem das ações do CADES sabe-se que precisa de esforço das pessoas que participam do governo local e outras secretarias, que preferem que aconteça no horário de trabalho deles, senão não se consegue efetividade. Colocou a opção de assuntos extraordinários para tratar de assuntos dos GTs, não precisando que se esteja nestas reuniões, ao passo que estas (ordinárias) são deliberativas, para discutir e aprovar as coisas. Trabalho resolve-se fora daqui, tem-se um mês para trabalhar, o que não estava acontecendo na gestão anterior. Pessoas que trabalhavam em duplas ou trios, mas não se deve seguir assim, seria insustentável.

André – Sustentou horário 19:00h.

Marianne – Pediu deliberação sobre data e depois horário.

Roberto – Propôs alteração de terceira terça-feira para terceira quinta-feira, deu à palavra à Marianne.

Marianne – OK

Marlene – OK

Marcos – OK

Luiz – OK

Chaenne - OK

André – após a Marianne dizer que ele pode manifestar discordância, se desejar, votou OK

Carlos – OK

Luciano – OK

Marianne – pediu consulta aos suplentes, não porque votam, mas porque são parte importante do Conselho.

Roberto – deu a palavra para o Mauro

Mauro – Tudo bem a mudança

Gustavo – OK

Warlen - OK

Roberto – Por unanimidade dos conselheiros titulares presentes, declarou aprovada a troca de dia das reuniões do CADES JÁ, de terceira terça-feira para terceira quinta-feira do mês.

Marianne – Calendário fica: julho reunião dia 18/07, agosto dia 15/08, setembro 19/09, outubro 17/10, novembro dia 21/11, quarta-feira. Em seguida dezembro dia 19/12 ou 21/12.

Roberto - alegou que todo conselho para em dezembro e por que não o CADES? Recesso

Marianne – “Temos demandas”

Votou- se pelo recesso em dezembro – Marianne: contra o recesso; Marlene: contra o recesso; Marcos: contra o recesso (propôs se adiantasse a de dezembro); Luiz – não (favorável ao recesso), Chaenne – não (favorável ao recesso); André: contra o recesso. Maria Lucia: favorável ao recesso. Carlos: favorável ao recesso; Luciano: favorável ao recesso.

Roberto – Por maioria de 5 votos sobre 4 votos declarou ficar o recesso de dezembro, não havendo reunião. Passou à votação do horário, pediu que se levantasse a mão para o horário das 19:00 às 21:00h, presencial ou online. Passou a pedir os votos.

Marianne – OK

Marlene – OK

Marcos – OK

Luiz – OK

Chaene – OK

Maria Lúcia – OK

André – OK

Carlos – OK

Luciano – ok

Roberto – por unanimidade alterado o início para as 19:00h e término às 21:00h. Passou ao próximo ponto de pauta. Horta UBS Geraldo – atualizações.

Marianne – Comentou que este assunto contaria com a presença da Mara (conselheira UBS Geraldo), mas que ela não conseguiu chegar. Pediu pra pular a pauta. Passou a relatar o que a Mara adiantou; comentou que teve mudança do conselho da UBS Geraldo, mudança de gestão e coisas que estão sendo revistas. Informou a quem não conhecia do processo, que um processo de colaboração foi iniciado através do CADES Vila Mariana, Horta da Saúde Sérgio Shigeeda e CADES Jabaquara para revitalizar a Horta da UBS Geraldo. Tem questões de poda de manutenção na unidade, atreladas a isso. Como consequência foi solicitado agente PAVs, feito o pedido, teria até março para estar na unidade, mas ele iria passar por treinamento, ficar em outra unidade, depois viria para cá. A Mara explicaria melhor, tanto da mudança de gestão quanto da mudança do conselho. Talvez ainda demorasse e talvez fosse necessário desenhar melhor o projeto, que vem da gestão anterior do CADES. A burocracia estava gerando impasses, mas que haveria continuidade.

Roberto – Passou para o próximo ponto de pauta – Praça dos Lagunhos.

Marianne – Apresentou o morador da região Jô, que veio registrar as questões e pontos dele.

Roberto – Informou antes a Marianne que a solicitação da presença do Maurício, que é o fiscal deste contrato da Praça dos Laguinhos, foi postergada devido a uma cirurgia que ele fez e aparecerá na próxima reunião, se necessário. Informou estar marcada reunião marcada pelo Maurício no local da praça, com os moradores, para o sábado seguinte da reunião, 10h, que o Maurício levaria o projeto, esclareceria dúvida dos moradores e daria informações. Informou ao munícipe Jô que ele poderia ir na reunião ou na próxima do CADES, que ele manteria o convite ao Maurício para vir especificamente explicar a todos do CADES.

Marianne – diz ao Jô que é importante que ele se manifeste.

Jô – Informou que sua dúvida era, uma vez que vinha insistindo com o CADES sobre os laguinhos, pedindo providências porque eles estavam assoreados, e continua assoreado porque fizeram uma obra lá que assoreou os laguinhos. Informou que os moradores não sabem nada do projeto em relação aos laguinhos, que quando ficou sabendo, “já era”. Pediu esclarecimentos para entender, mesmo agora “com meio caminho andado”.

Roberto - Pediu ao arquiteto e fiscal da obra Maurício, que teria lido passado que desde o início existia uma conversa com os moradores lá e não sabe se falta a inclusão do Jô dentre os moradores. Declarou haver alguma informação sobre descarte de bancos no local e disse que os moradores que solicitaram. Reiterou convite para o Jô para o Maurício estar na próxima reunião para trazer as informações, na qual entendia ser importante a participação do Jô no sábado 10h para levantar questionamentos, participar. Disse haver um grupo de whatsapp, com os moradores.

Mauro – Levantou possível ilegalidade relacionada à questão dos lagos, na questão ambiental, em face das obras.

Marlene – A SVMA já se manifestou que a situação dos peixes estava em equilíbrio, houve parecer, que o manejo feito na ocasião pelos moradores não tinha caráter de crime ambiental. O CADES já esteve envolvido com a pauta, “descobrimos que já havia uma obra não só do projeto aprovado mas licitada e em andamento e execução”. Quisemos participar disso lá atrás, antes do projeto, do começo, antes da obra e licitação.

Marcos – “Em respeito ao cidadão que veio à reunião, e aos conselheiros que não têm ainda domínio do tema, seria importante que ele falasse, contextualizasse o que o traz aqui, qual e a sua preocupação, o que são os laguinhos, para quem chega agora na discussão, seria bom a manifestação do cidadão e do subprefeito.” Adicionou que o encaminhamento sobre o fiscal é importante, mas também o encaminhamento da subprefeitura a respeito, do que se trata essa obra, qual o impacto ambiental, qual a proposta, se tem estudo, qual a proposta. Estrategicamente sobre uma obra, independente do fiscal, pediu um panorama da obra. Pediu as 2 falas, do morador e da Subprefeitura.

Jô – Afirmou não saber o nome da praça.

Roberto – Soares de Avelar.

Jô – Ela tem nome, mas acho que é outro. Afirmou que ok, é a praça entre a rua Soares de Avelar e av. dos Bandeirantes, seu final. Nessa praça afirmou ter vários olhos d’água a partir dos quais coletivos fizeram laguinhos, alguns grandes outros pequeninos, com peixinhos e plantas, até a pandemia, atividade que depois parou e a população local terminou com os manejos. Depois começou um processo de assoreamento; antes os lagos eram fundinhos, até o joelho. Afirmou ter entrado em contato com a vereadora Luana Zaratini, que mandou um ofício a vocês (Subprefeitura) e depois não manteve mais contato com ela. Completou que pediu apoio da Subprefeitura para o desassoreamento dos laguinhos e alguma solução para isso, para que os laguinhos ficassem bonitos e não sumissem em função do desbancamento das bordas. Acrescentou que ficou sabendo das obras.

Maria Lúcia – São nascentes os olhos d’água.

Jô -Há várias nascentes.

Marianne – são afloramentos de água.

Carlos – Essas nascentes naquela vertente da Bandeirantes são históricas, tem um córrego (Córrego Vermelho) que é abastecido por aquelas nascentes. O trecho mais abaixo é um charco. Havia horta com

represamento de águas para molhá-las, feita por japoneses.

Maria Lúcia – Elas (nascentes) estão catalogadas na SVMA.

Marianne – Completou a fala do Jô dizendo que em setembro de 2022 o Jô procurou o CADES JÁ com essa solicitação de ajuda da Subprefeitura para manutenção dos lagos que foram construídos em 2019, antes da pandemia. O CADES JÁ esteve lá, gerou relatório abrangente sobre a área e começaram tratativas para poder auxiliar a Subprefeitura sobre os desdobramentos relacionados ao meio ambiente, por ser área cheia de nascentes, com possibilidades de estudos e oportunidade única para estudos sobre a conformação e afloramentos únicos, que não se encontra em qualquer lugar, em condição tão favorável. Acrescentou que o projeto não avançou na Subprefeitura; existia essa conversa sobre as intervenções na área caracterizarem “dano ao patrimônio público” e o assunto foi deixado de lado por medo do CADES e moradores, em relação ao projeto, sendo que eles fizeram uma ação muito relevante. Nesse meio tempo, houve denúncia sobre dengue originada dos laguinhos, e teve um laudo de vistoria da SVMA, que atestou a existência de peixes e vegetação e o ambiente estaria em total equilíbrio, sem dengue, havendo sistema em total equilíbrio. Em março de 2023, 6 meses depois, a Subprefeitura já tinha aberto um SEI pra licitação de um projeto, logo depois existia orçamento, pedido de licitação, e em dezembro de 2023 uma obra.

O CADES não foi envolvido, não houve espaço para sua atuação, só viu esse documento e recentemente, com entono do Jô, mencionou que esteve lá, viu as intervenções, a proposta que está sendo executada é diferente da proposta apresentada pelo CADES. Em conversas com o CADES, o Subprefeito afirmou que não haveriam intervenções nos lagos, ficariam restritas às calçadas, passeios, equipamentos de lazer, e não é isso que está acontecendo lá. As intervenções estão ao redor dos lagos, construção de muro com pedras e cimento, que não se sabe se alteram a expansão dos lagos ou estrutura dos barramentos ou não, e é isso que se deseja que o Maurício esclareça, o porquê da intervenção nos lagos. Vários peixes sumiram, por furtos ou o que seja, principalmente carpas. Há assoreamento, que de 40cm passou a 10, 15cm. Há vazamentos de águas, que inclusive impede secamento de cimento dessas muretas.

Há plantas em cima de olhos d' água, interrompendo o fluxo. Acrescentou que há muito que o Carlos contribuir nesta pauta, bem como Warlen como engenheiro ambiental.

Assim como a Genaro de Carvalho, que teve convite para ir conhecer do projeto, para conversar sobre o local, seria interessante apresentar para todos os conselheiros e munícipes.

Roberto – Será feito no sábado 10h a explanação do projeto e tecnicamente o Maurício pode esclarecer. Esclareceu que aquilo ali não tinha lago, sua formação é irregular, só para constar que a Subprefeitura não está destruindo nada, afirmou que os lagos são nascentes que as pessoas represaram e não poderiam fazer isso. Colocaram peixes que não deveria ter ali. Só para constar, pois dá a impressão que a Subprefeitura esteve lá, matou peixes, não é bem visto. Os lagos não deveriam ser formados, os peixes não deveriam ser colocados e a prefeitura está indo lá aproveitar, não está destruindo nada.

Marianne – Lembrou da fala do Carlos: historicamente isso já acontecia na na região há muitos anos. Afirmou que há uma questão de cultura oriental, de produção de ...

Roberto – Interrompeu a fala da Marianne: O Carlos disse que a água era aproveitada para irrigação antes da desapropriação, eram áreas particulares.

Marianne – Disse que a primeira vez que estiveram lá falaram com uma moradora que mostrou uma foto dela criança, naquela região, da av. do Café antes de existir a Bandeirantes. Essas pessoas ainda vivem lá e ainda têm a memória, têm essa cultura. Pode ter sido antes da construção, mas isso é uma condição social, na memória das pessoas; completou dizendo que a abertura da Bandeirantes arrasou aquilo, um talude da avenida, todo o vale foi reconformado, mas a memória das pessoas ainda traz a cultura do que elas fazem antes.

Roberto – A única coisa que quero deixar bem claro é que não estamos acabando com nada, é manter e as pessoas não deveriam ter feito lagos lá nem colocado peixes. Ponto. Se é bonito é outra coisa, se é histórico, se é “não sei o que” é outra coisa, o que fizeram lá é irregular.

Warlen – Ressaltou a questão do ecossistema. Informou que se é criado um lago em determinado local aquele ambiente começa a ter um papel no ecossistema. Exemplo, supondo uma época com pouca água,

um lago daquele favorece, a atrair a biodiversidade; a libélula, por exemplo, que é um controlador de pragas, principalmente de mosquitos, começa a frequentar aquele local, e aquilo começa a ficar em equilíbrio, não é à toa que a SVMA foi lá fazer inspeção e não encontrou vestígio de mosquitos, porque há equilíbrio. Eliminar aquilo também é prejudicial a um ambiente que está em equilíbrio. É tipo um oásis, vai tirar, aquilo estava ali antes. Há todo um equilíbrio no local. A prefeitura precisa se adequar o que tem no local.

Marlene – Não à toa estamos vivendo um momento de Soluções asseadas na Natureza, é um processo inverso que temos que fazer. Já houve muita urbanização, em exagero, Jabaquara é uma área muito adensada, então o movimento ...

Roberto – Interrompeu a fala da conselheira Marlene dizendo “é porque você não conhece o Grajaú, Jardim Ângela”...

Marlene – “Eu conheço”

Roberto – Interrompeu novamente dizendo não haver áreas verdes, praças nos bairros que citou.

Marlene – Informou que onde o Subprefeito citou foi onde começaram os jardins de chuva. Capela do Socorro, onde tem o maior número de jardins de chuva, inclusive foi onde a Mari (Marianne) fez um jardim de chuva.

Marianne – Foi interrompida pelo Roberto

Roberto – Ressaltou que quando veio para o Jabaquara todo lugar tem praça, arborização...

Marlene – Retomou a palavra pedindo seriedade, disse que a ideia dos laguinhos deve ser acolhida, que não é simplesmente uma questão legal referente a espaço público. Lembrou que o Maurício alertou quando o CADES esteve presente, que espaço público não deve sofrer qualquer interferência, mas o CADES está aqui para mostrar outro lado, da ecologia urbana, da cultura, que a iniciativa tem que ser acolhida de outra forma. Pelo jeito que a coisa está acontecendo lá (obras da subprefeitura) não é necessariamente interessante.

Maria Lúcia- lembrou que o Jabaquara tem muitas nascentes, as cacimbas têm várias, ainda utilizadas ainda hoje e tem aqui em algum lugar. Tem mapeamento, tem tudo isso, pelo CADES ainda, fez vários trabalhos, há mapeamento das nascentes, das cacimbas.

Marianne – Afirmou que tem que localizar esse mapeamento.

Carlos – Esses levantamentos fizeram parte do Plano Diretor.

Roberto – Existe, Carlos?

Maria Lúcia- Existe.

Marianne – O que o Shindi fala pra gente é que foi um trabalho em parceria com um aluno do SENAC e foi o projeto de conclusão de curso do aluno, um mapeamento enorme mais atualizado, parece que de 2010.

Roberto – Interrompeu a fala da Marianne e tentou fechar o tema Praça dos Laguinhos, chamando o Marcos à fala.

Gustavo – disse que gostaria de falar.

Marcos – Sugeriu que a Subprefeitura apresentasse seu plano naquilo que é pertinente ao escopo do Conselho (Mauro vem falando nisso há bastante tempo), que se tivesse sido apresentado antes teria despertado a atenção para a obra junto aos laguinhos, seria importante o CADES ter montado uma comissão para acompanhamento, que o diálogo teria sido mais fluido. Fica a proposta, seja apresentado para o Conselho ser respeitado de fato tem que ser comunicado das coisas que vão acontecendo no território e comunicado sobre o tema da sustentabilidade e meio ambiente, inclusive para as próximas obras.

Gustavo – alegou que a área é uma APP – área de preservação permanente - e teoricamente não poderia haver intervenções. A dos moradores não deveria ter sido feita, mas a prefeitura não interveio, ao passo que depois que a intervenção foi feita e o ecossistema está mais equilibrado, inicia uma obra, e essa sim é

oficial, dentro de uma área de preservação permanente e ainda prejudicando uma biodiversidade que estava acontecendo. Opinou que uma obra regular não deveria estar acontecendo dentro de uma APP.

Roberto – Jamais aconteceria.

Gustavo – Está acontecendo.

Roberto – Questionou o fato de a área ser APP.

Gustavo – Onde tem nascente há APP. Não pode (ter obra)

Roberto – Não poderia ter obra lá?

Gustavo – Reiterou sobre a primeira intervenção dos moradores, que não poderia ocorrer, mas ocorreu, e que o sistema estava em equilíbrio.

Roberto – Você conhece lá? Está perto de uma avenida e de uma rodovia.

Carlos – Afirmou que a legislação considera o que está lá como área consolidada, foi feito em uma época onde a lei era menos restritiva (Código Florestal tem mudado muito). Novas intervenções, seja dos moradores, seja as que fizemos, do Estado, não poderiam estar acontecendo sem uma licença. Pode acontecer, mas com licença. Obras de pequeno impacto e obras de caráter social elas podem acontecer em APP, desde que devidamente licenciadas. São autorizáveis. Se, por exemplo está comprometendo a estabilidade da calçada, essas obras são licenciáveis, pode intervir, a depender do tipo de intervenção que se vai fazer. Está na lei, licenciamento por conta de baixo impacto (exemplo: local de segregação de gado ou pequena ponte que une duas aldeias, duas urbanizações, isso é licenciável, implantação de habitação de interesse social, este bem caracterizado na legislação) e no caso de preservação de leito, de via, está como implantação consolidada, isso entra como interesse social.

Marianne – perguntou se neste caso o município tem autonomia para licenciamento ambiental deste tipo ou é CETESB.

Carlos – Município. Secretaria do Verde, tem autonomia para todo impacto de caráter local.

Marianne – perguntou se esta obra da Subprefeitura do Jabaquara está licenciada na SVMA.

Carlos – Não sabe dizer.

Marianne – Pediu para o Carlos fazer o levantamento da situação de licenciamento ambiental.

Roberto – Alegou que a SVMA esteve anteriormente no local em verificação das carpas.

Marianne – esclareceu que fizeram uma vistoria por denúncia de dengue, que é muito diferente e recentemente estiveram novamente para uma questão de plantio no local, principalmente perto da Bandeirantes. É muito diferente de construir um muro ao redor das áreas onde tem os afloramentos,

Roberto – disse que a Marianne está insistindo em um laguinho de carpas. “Um laguinho de carpas, pelo amor de Deus”.

Marianne – Reiterou que sim, são laguinhos.

Gustavo – a minha preocupação é que é uma APP, prejudicar uma nascente.

Marianne – É uma área de preservação permanente.

Roberto – “É uma nascente que não serve pra nada, cai na avenida ali”.

Gustavo – “Mas é água”

Marianne – Alegou tratar-se de um Conselho de Meio Ambiente. São nascentes que alimentam o córrego Vermelho, que é o que está embaixo da avenida dos Bandeirantes, era u dos principais córregos.

Roberto – Alegou estar sob a via.

Marianne – “Não interessa, esse córrego existe lá embaixo, ele ainda existe, existe um sistema”.

Roberto – Deu a palavra ao Warlen, dizendo “fala sobre o laguinho de carpa”.

Warlen – Alegou que se a obra fosse licenciada, a questão da biodiversidade e dos laguinhos seria avaliada. Na avaliação haveria a avaliação e todo o tempo decorrido desde as intervenções dos laguinhos

e o ponto da estabilidade do sistema. E a obra aconteceria de acordo com a necessidade do local de não impactar a vida ali existente.

Roberto – Alegou que as obras não mudam nada no entorno.

Marianne – Muda, as obras já impactaram o ecossistema que existia no local, conforme relato do Jô.

Mauro – Disse já haver um técnico na reunião (referiu-se ao Carlos), “ou se respeita o técnico ou chama-se outro técnico para debater a questão”. Alegou que o Conselho é político. Lembrou-se de que houve fala a respeito de eventual ilegalidade. Reclamou que o assunto já se arrastava há mais de meia hora.

Roberto – Reiterou que na próxima reunião o fiscal do contrato poderia vir trazer as informações técnicas, coisa que ele (Roberto) não poderia fazê-lo. Novamente divulgou a reunião de sábado 10 horas e que na próxima reunião traria o técnico Maurício.

Marcos - Encaminhou que após a visita do sábado e da reunião com o Maurício o Jô protocolasse o relato dele de hoje no CADES, documentando a preocupação dele. As falas todas (da reunião de sábado, do Maurício e do munícipe Jô devem ser relatadas e unidas ao SEI/processo em andamento). Opinou que esta situação começava a ter certa semelhança com a situação do aterro da Cupecê (aterro de rejeitos de córregos e disposição de materiais que danificou e matou vários exemplares arbóreos).

Roberto – Interrompeu o Marcos e perguntou se ele se comprometeria a fazer isso, indo no sábado.

Marcos – Retomou a palavra e disse que estava fazendo sua proposta de encaminhamento. Solicitou que primeiro a reclamação do morador, segundo os encaminhamentos das responsabilidades sobre as decisões que foram ou serão tomadas daqui para a frente fossem documentadas. No âmbito do CADES teremos as responsabilidades corretamente definidas; o Conselho não pode se omitir, se houver infração à legislação ambiental, não pode fazer “cara de paisagem” diante de fatos.

Roberto – Falou que tudo estará constando da ata da reunião e que ele, Marcos, se compromete a ir lá no sábado documentar.

Marcos – O CADES tem uma Secretaria eleita hoje e tem responsabilidade sobre documentação feita sobre o que é discutido. O conselheiro opinou pela oficialização; que os encaminhamentos devem ter caráter oficial, considerada a perspectiva que um dia esse tema possa ser judicializado e o conselho se posicionou desta maneira a partir dos encaminhamentos registrados.

Roberto – passou ao próximo tema: projeto de plantio junto ao terreno da Genaro de Carvalho. Caros já nos passou a informação de que foram feitos... “foram feitos ou previstos, Carlos”?

Carlos- Previstos

Roberto – Previstos o plantio. Informou sobre um TCA (termo de compensação ambiental) bem próximo à Genaro, feita entre uma construtora e a SVMA para plantio de 500 mudas, sendo planejado plantio junto à Genaro de Carvalho.

André – comentou sobre a importância de uma reunião de acompanhamento da obra. Não foi aberta exceção para conselheiros do CADES e CPM, para acompanhamento. Reiterou a importância da presença para ver os procedimentos do que precisa ser feito, em nome da transparência de modo geral, não manipulada. De forma clara e correta, diz que cobra, na falta de termos melhores. Neste momento mudou o assunto para o tema reciclagem, que todo resíduo, resto de obra, chaminé de usina, fábrica deve ser materiais aproveitáveis e retornar para a própria obra, ou em ruas, asfaltos.

Roberto – “André, deixa eu falar sobre a visita técnica da Genaro de Carvalho, pra não perder”

André – Completou fazendo cobrança sobre a situação do Parque Nabuco, de conscientização das pessoas não jogarem entulho próximo.

Foi interrompido pela conselheira Maria Lúcia sobre a união de assuntos diferentes e fora da pauta. Todos endossaram, Roberto agradeceu as contribuições e falou sobre a visita. Pelo CPM ele disse estar marcada visita na sexta-feira 10h, marcada no dia anterior.

Walquiria – levantou a questão do nível de água quando chove na Genaro, água que desce da rua Cidade de Bagdá e que bem ali foi feita a entrada da obra. Questionou se os arquitetos da Subprefeitura viram isso.

Roberto – Sim. Foi considerado isso e alteração (estou terminando terminar a obra pra fazer toda a alteração da sinalização ali, semáforo). Disse que pediu que fosse feita alteração de ponto de ônibus, que não tinha abrigo e onde estava era calçada estreita).

Mauro – Disse que a visita do CADES tem outra característica distinta do CPM. Sugeriu que fosse aproveitada a visita para ver também o ECOPONTO.

Após algumas discussões entre os conselheiros e o Carlos sobre dias e horário, o qual disse ter ido já com a engenheira, com objetivo de fazer um plano de plantio, ficou marcado dia 28/06/2024 às 10:00h com a maioria dos que poderiam ir, após o Roberto ter vetado estar o CPM e CADES juntos.

Carlos foi questionado se ele já tinha a lista de plantio; ele afirmou que sim. Falou que tinha muita leucena (invasora), que gerou TCA da obra, plano de compensação aprovado pela Secretaria. O empreendedor compensa os danos ambientais causados pela obra. Esse plano foi aprovado, os técnicos indicaram a área, para a qual não existia projeto de paisagismo, apenas o arquitetônico.

Walquíria – Pediu a lista de espécies.

Carlos - Afirmou ser mais fácil conseguir com a empresa que com a SVMA.

Marianne – Disse que o município Astrocélcio perguntou se existe um plano de arborização para a área e quais as espécies. Acrescentou que o trecho específico da obra é relacionado ao TCA da obra do córrego abaixo ou específico da obra da Genaro de Carvalho. Disse serem informações divergentes.

Carlos – “São os 2, mas disse ter uma compensação dali de dentro também”.

Marianne – “São coisas bem diferentes”. Além disso somou que na área prevista de paisagismo que o Carlos acabou de falar que há apenas grama, existe a possibilidade de se fazer um plantio mais significativo, na verdade a pergunta do Astrocélcio?

Carlos- “Exagerei um pouco, nas 500 árvores. Acho que são 300 árvores”. Mais 200 ou 200 mudas é possível.

Marianne – Afirmou que há previsão de plantio na área como um todo.

Carlos- disse ter conseguido autorização para entrar com um programa de arborização. Relatou que em 2006 veio o Programa de Arborização Urbana, a gestão municipal de arborização urbana é feita pela SVMA. Normalmente a Secretaria do Verde não faz a gestão de território, que é feita pela Subprefeitura. Explicou que a SVMA só tem competência legal para fazer dentro dos parques dela, mas o PMAU – Programa Municipal de Arborização Urbana – deu esta competência, no caso específico da arborização urbana, a SVMA pode arborizar todo o território municipal. Afirmou que para evitar conflitos gasto errado de dinheiro público uma conversa com as subprefeituras é feita para evitar plantio e retirada em razão de obra, dois gastos. Até entregar a área para a Secretaria, processo formal, a gestão é da Subprefeitura. Carlos acrescentou que é responsável técnico pelo Programa de Arborização Urbana nas Subprefeituras Jabaquara e Santo Amaro, por contrato de plantio, no qual é fiscal. O plantio da SVMA é qualificado, dentro da técnica e a muda é mantida por 36 meses (3 anos). Não é simplesmente plantado, comentou da ALAE, onde houve plantio, e agora na seca, caminhão pipa está sendo mobilizado para molhar as mudas. Não está previsto no TCA. Morrem mudas, quando vai receber o TCA, simplesmente substitui as mudas mortas. A SVMA passa a casa 3 meses para ver se falta algo, adubação, poda, rega, substituição de muda.

Disse que são prioritariamente mudas de mata atlântica, com exceções; nativas do Brasil, quando possível locais; há 3 ou 4 espécies que não encontram substitutivas nativas para situações como por exemplo áreas alagadiças.

Mauro – Perguntou sobre a ALAE.

Carlos – Esclareceu que a área da ALAE é da Secretaria de Esportes e está cedida para uma ONG.

Mauro – Perguntou sobre frutíferas na arborização.

Carlos – Falou sobre um livro “Frutíferas Nativas úteis à fauna na Arborização Urbana”, de uma bióloga da Secretaria do Verde de Porto Alegre, lista várias que não tem problema serem usadas na arborização.

Comentou que na ALAE entraram 80% de frutíferas no plantio. Citou exemplos de nativas frutíferas: cereja-do-rio-grande, jenipapo, cambuci, pitanga, uvaia, goiaba, bacupari, araçá-roxo, araçá amarelo, ingá, cambucá, bacupari, gariroba, guabiroba, palmito, entre outras.

Roberto – Anunciou 5 minutos para o término, passou aos informes. Neste momento o assunto mudou para o informe sobre a Virada Sustentável.

Luciano - Informou que a convite da SPTuris e SVMA o CADES Jabaquara participaria da Virada nos dias 22 e 23/06, com 2 atrações, banner de todos CADES, sendo o do Jabaquara com o projeto do jardim de chuva, e o jogo da memória ODS, que ficara no stand da SVMA. Informou o horário das 10h e 17h da Virada, disse que achava interessante mostrar o CADES junto, tirando foto junto.

Roberto – Lembrou sobre a necessidade de revisão do Regimento Interno. Pediu a leitura por todos e contribuições para aprovação em julho.

Marianne - lembrou que o Regimento está disponível no Site da Prefeitura, na aba Participação Social, Conselhos, CADES, Deliberações, Resoluções. Disponibilizará novamente o link, reiterou a importância de ler a Portaria e a necessidade de compatibilizar o Regimento de acordo. Disse ser importante comparar a portaria com o Regimento, a ser aprovado no mês que vem, com as alterações necessárias.

Pediu para esclarecer sobre os banners – a comunicação com a SVMA foi bem esquisita, na última hora conseguiu-se um espaço no stand da SVMA para exibição das ações do CADES no evento. Afirmou que pela primeira vez este evento (Virada) trará um Congresso Internacional com agenda vinculada ao evento e que o espaço foi conseguido em cima da hora. A SVMA pediu desculpas aos novos conselheiros porque não conseguiram opinar sobre o projeto que poderia ser alojado, e eles não tinham o histórico dos projetos em andamento. Esclareceu que analisando os projetos do CADES Jabaquara, o escolhido foi definido, com espaço para manifestações de quem quisesse. Acrescentou que contribuiu na montagem e manejo dos dados para editar arte recebida da SPTuris, um layout, e cada CADES foi editado por ela, e todos os Banners foram montados com carinho e que todos os projetos foram muito importantes e significativos. Convidou a todos para ir ver o trabalho.

Roberto – Passou a palavra aos visitantes da reunião.

Andréa Calipal – Mencionou o problema das árvores cimentadas em seu colo, das calçadas rachadas que dificultam a passagem das pessoas. Passou a falar de uma casa da rua Jupatis, rua do ECOPONTO, número 98, de uma moradora idosa de 84 anos, uma jaqueira grande na frente estaria causando problema da queda de frutos e machucando pessoas. As pessoas incomodam a senhora com

Roberto – perguntou ao Carlos se pode remover árvore na calçada.

Carlos – Sim, não lembra, porém da lista de espécies prevista em lei de invasoras indesejadas em calçadas. Árvore de fruto grande não é tecnicamente recomendável. Citou exemplo de Belém, onde culturalmente exemplares como manga e jaca são aceitas, mesmo causando danos a carros, por exemplo. Esclareceu conceitos de exótica e de invasoras, o Estado e Município tem listas. Não basta não ser daqui para ser removida. Pode estar causando problemas, tem que analisar

Andréa – a calçada está toda quebrada;, essa senhora não tem mais idade... e a senhora do lado, que tem problemas psiquiátricos, só falta agredir a senhora da casa por causa da árvore. Lembrou do problema de cadeirantes e pessoas passando e um acidente eventual.

Marianne – perguntou se foi aberto 156 para tratar do assunto e qual foi a posição no retorno.

Andréa – Pelo 156 não pode ser retirada. Disse que mandaria por whatsapp as informações que tivesse.

Marcos – Lembrou da questão da retirada dos eucaliptos da EMEI Cruz e Souza.

Roberto – “Recebi o seu ofício, juntei no processo”.

Marcos – A escola oficializou junto à subprefeitura por meio de processo SEI, que está parado.

Roberto – EMEI Cruz e Souza oficiou a Subprefeitura para inclusão de um ofício, ficou de conversar com o Carlos a esse respeito, para impulsionar o processo.

Andréa – Referiu-se à mesma coisa junto ao Saboya, questionado pelo Mauro sobre árvores junto ao hospital, onde haverá a construção de uma nova torre e será impactado o local.

Roberto – Declarou o encerramento da reunião anunciando a próxima, quinta-feira, 18 de julho de 2024.

Lavrou esta ATA do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Jabaquara – CADES-JA, a Secretária Marlene Emilia Bicalho dos Reis Martins.

São Paulo, 18 de junho de 2024.



RICARDO ROMERO PRIETO

COORDENADOR

Em 30/07/2024, às 16:14.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **107732345** e o código CRC **9229CAF6**.
